

Nota Informativa

Edição 152/2023

DESTAQUES

Norma sobre transferência internacional de dados da LGPD pode sair até dezembro, diz ANPD

Brasil assina novo acordo com a Dinamarca para promover governo digital e inovação na administração pública

MCom debate conexão à internet nas escolas públicas em audiência pública na Câmara dos Deputados

Alckmin anuncia novo Brasil Mais Produtivo

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Para startups, inteligência artificial vai ser mais barata e acessível em futuro próximo

Fortaleza conclui 2ª rodada regional de elaboração da Estratégia Nacional de Governo Digital

Norte recebe o dobro de investimentos em conexões nas escolas

Embrapii marca presença no Futurecom, um dos maiores eventos de tecnologia da América Latina

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma aumentará inflação e carga tributária, diz estudo

Alíquota especial na tributária é melhor ao país, diz estudo

CCJ: líderes municipais temem perda de autonomia com Conselho Federativo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

'A gente vai ter que esperar o governo', diz Lira sobre negociação para troca da

presidência da Caixa

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Banco Mundial sobe projeção do PIB do Brasil em 2023 para 2,6%

Lira diz que discutir JCP poderia prejudicar o PL das offshores, Haddad diz que vai enviar proposta sobre JCP ao relator

JUDICIÁRIO

Barroso vê debate sobre mudanças no STF com naturalidade, mas diz que isso não significa concordar

AGU confirma no STF decisão que evita prejuízo de R\$ 5 bilhões aos cofres públicos

MEIO AMBIENTE

Sancionada lei que reforça Fundo Nacional do Meio Ambiente

POLÍTICA

CCJ do Senado aprova PEC que limita decisões monocráticas do STF

Congresso analisa vetos que trancam a pauta, como do arcabouço fiscal e MCMV

DESTAQUES

Norma sobre transferência internacional de dados da LGPD pode sair até dezembro, diz ANPD

Poder Executivo | **04/10/2023 – 15h35min**

O diretor presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Waldemar Gonçalves, disse que possivelmente até o final do ano a coordenação da autoridade deverá concluir a confecção da norma que trata da regulamentação da transferência internacional de dados pessoais. O tema está em consulta pública até o dia 14 de outubro e faz parte da evolução da regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A minuta de resolução tem o objetivo de disciplinar a transferência de dados pessoais para países estrangeiros ou organismos internacionais dos quais o Brasil seja membro, bem como os modelos de Cláusulas-Padrão Contratuais (CPC), o fluxo de aprovação das Cláusulas Específicas (CE) e Normas Corporativas Globais (NCG), além do mecanismo da Decisão de Adequação. “Após esse período (de consulta pública), nossa coordenação geral de normatização vai trabalhar na confecção da norma”, disse, destacando que o tema deverá passar também pela aprovação da procuradoria e do conselho diretor. “A previsão é entregar no início do ano (2024). Mas sou otimista, temos chances de entregar até o final do ano mais uma norma esperada internacionalmente”, disse. A fala foi feita durante painel no Futurecom, em São Paulo, na quarta-feira (04). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil assina novo acordo com a Dinamarca para promover governo digital e inovação na administração pública

Poder Executivo | **03/10/2023 – 17h25min**

Brasil e Dinamarca assinaram na terça-feira (3/10) um Memorando de Entendimento para incentivar e promover a cooperação bilateral em questões de governo digital e inovação na administração pública. Os dois países já atuam em conjunto desde 2015, quando foi realizada a assinatura da Carta de Intenções para cooperação em projetos de inovação para a gestão pública. O memorando assinado na terça-feira tem validade até 2026 e é o terceiro documento na história de cooperação bilateral no tema de modernização da administração pública. Para o secretário de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Rogério Mascarenhas, a renovação desta parceria é fundamental para a agenda do ministério. “Temos uma longa jornada, contamos muito com esta ajuda e cooperação da Dinamarca para estender a pauta da transformação digital para estados e municípios”, afirmou. Fonte: ASCOM MGI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MCom debate conexão à internet nas escolas públicas em audiência pública na Câmara dos Deputados

Poder Executivo | 03/10/2023 – 15h21min

O Ministério das Comunicações (MCom) participou, na tarde da terça-feira (3/10), da audiência pública sobre a conexão à internet nas escolas públicas promovida pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. O diretor do Departamento de Investimento e Inovação, Pedro Lucas Araújo, representou o MCom na ocasião. Araújo começou a apresentação informando que os projetos de conectividade de escolas financiados com recursos oriundos do Edital do 5G são gerenciados pelo Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (GAPE), e são executados pela Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (EACE). O diretor também expôs as diferenças entre a Entidade e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) – ambas privadas e sem fins lucrativos, no entanto, por ser qualificada como Organização Social, a RNP tem uma relação de longo prazo com a União, voltada ao desenvolvimento de projetos relacionados a redes, segurança, ensino e pesquisa. Fonte: ASCOM MCom

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Alckmin anuncia novo Brasil Mais Produtivo

Poder Executivo | 03/10/2023

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, anunciou, na terça-feira (3), durante a abertura do 15º Congresso da Micro, Pequena e Média Indústria, em São Paulo, que o novo Brasil Mais Produtivo será lançado ainda este ano. O programa tem por objetivo alavancar a produtividade, a competitividade e a eficiência energética do setor produtivo, além de estimular a transformação digital. Com investimento de R\$ 1,5 bilhão, o Brasil Mais Produtivo é coordenado pelo MDIC, com o apoio da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e executado pelo Sebrae e pelo SENAI. BNDES e Finep também são parceiros do programa, que está sendo reestruturado. Na nova fase, o Brasil Mais Produtivo irá atender 91,4 mil micro, pequenas e médias empresas industriais nos próximos três anos. De acordo com Alckmin, o valor investido corresponde ao triplo de atendimentos realizando no setor da indústria desde o início do programa, em 2016. Fonte: ABDI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Para startups, inteligência artificial vai ser mais barata e acessível em futuro próximo

Mercado | 04/10/2023 – 13h44min

A popularização da inteligência artificial com ferramentas de IA generativa, como o ChatGPT, fez com que as startups brasileiras tenham que pensar soluções mais simples e rápidas para os clientes. É o que avaliam CEOs de startups que participaram da Rio Innovation Week, que começou na terça-feira e acontece até 6 de outubro, no Rio de Janeiro. “Quando eu comecei a estudar inteligência artificial isso era coisa de filme. De Matrix, Exterminador do Futuro, e quando se chegou ao mercado pensava-se que tinha que ser desenvolvida pela Nasa ou outra hiper corporação. Mas hoje não. A IA se popularizou e é acessível por qualquer um de nós”, afirmou André Sih, sócio da Fu2re, durante painel “Inteligência artificial para a indústria do futuro: por que aplicar?”. Para Daniel Moura, da Pix Force — que trabalha com processamento de imagem — a IA tende a se popularizar ainda mais no ambiente industrial, trazendo benefícios para o dia a dia das companhias sem causar, necessariamente, a perda de postos por seres humanos. “A gente trabalha com processamento de imagem para fazer com que qualquer inspeção dentro de uma indústria seja feita por uma máquina. A máquina, quando aprende, vai ser sempre melhor que o ser humano. Isso significa que as pessoas vão perder emprego? Não. Significa que vão fazer coisas melhores, atividades mais seguras e gerar mais valor”, afirmou. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Fortaleza conclui 2ª rodada regional de elaboração da Estratégia Nacional de Governo Digital

Poder Executivo | 04/10/2023 – 09h53min

A oficina Nordeste de construção da Estratégia Nacional de Governo Digital reuniu na última sexta-feira (1º/9) mais de 130 representantes dos governos dos Estados e de municípios, do setor privado e do terceiro setor (como ONGs e Associações) de toda a região. Das 8h às 18h, participantes de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe discutiram no Centro de Eventos de Fortaleza os desafios e as estratégias necessárias para promover a visão integrada de futuro de governo para atender em uma sociedade transformada pela força digital. A oficina foi promovida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) com apoio do governo do Ceará. A tônica dos debates foi que o cidadão (e que precisa ser beneficiado com a evolução do governo digital) não é federal, mas municipal, por ser em cada localidade que os brasileiros vivem, expressam suas demandas e acessam serviços e políticas públicas. As sugestões da Região Nordeste colhidas pelos representantes regionais serão sistematizadas e consolidadas por equipe do MGI em processo que auxiliará no aperfeiçoamento do texto-base da Estratégia Nacional de Governo Digital. Os debates foram focados em pontos como capacitação, qualidade dos serviços e experiência dos usuários, segurança e privacidade, transparência e participação. Após concluídas as etapas regionais, o texto será submetido a processo de consulta pública, com início previsto para outubro.

Fonte: ASCOM Governo Digital

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Norte recebe o dobro de investimentos em conexões nas escolas

Poder Executivo | 04/10/2023

A região Norte do Brasil receberá o dobro dos investimentos em conexões banda larga nas escolas em comparação com as demais regiões brasileiras, afirmou o conselheiro diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Vicente Aquino, durante o Futurecom 2023. Aquino defendeu que o maior aporte de recursos no Norte deve-se ao fato de essa região concentrar a maior porcentagem de escolas desconectadas no País. O leilão de 5G, ocorrido em novembro de 2021 e promovido pela pelo órgão regulador de telecomunicações, destinou R\$ 3,1 bilhões para conexão das escolas brasileiras. O Grupo

de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (Gape), presidido por Aquino, deve, até 2026 seguindo a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, conectar com banda larga 40 mil escolas brasileiras. O projeto-piloto do programa forneceu, além de banda larga de alta velocidade e wi-fi em todas as salas de aula de 176 escolas, os equipamentos para alunos e professores. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Embrapii marca presença no Futurecom, um dos maiores eventos de tecnologia da América Latina

Mercado | **04/10/2023**

O Futurecom 2023, um dos maiores eventos de tecnologia da América Latina, teve início na terça-feira (3), no São Paulo Expo, e segue até quinta (5). O encontro atrai a atenção de líderes da indústria, entusiastas da tecnologia e inovadores de todo o mundo. Com o tema Connecting the Interactions – a era da interação de dados, pessoas e negócios conectados, a edição deste encontro, como o nome sugere, é uma vitrine para as últimas tendências e avanços no universo da conectividade. E a Embrapii, reconhecida por sua expertise no campo da pesquisa e inovação industrial, marcou presença em debates sobre temas essenciais para o futuro da indústria, incluindo avanços tecnológicos, estratégias de financiamento e o fortalecimento do mercado. “Para ter um mercado interno fortalecido, estamos falando de empresas fortes, inovadoras, colocando soluções mais adequadas à sociedade. Para que isso ocorra, essa discussão passa por políticas públicas robustas, que dêem direção e apoiem o setor privado nessas soluções”, destacou o diretor de Planejamento e Relações Institucionais da Embrapii, Igor Manhães Nazareth, durante o painel Fortalecimento do Mercado Interno. Fonte: Embrapii

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma aumentará inflação e carga tributária, diz estudo

Mercado | **04/10/2023 – 13h27min**

A reforma tributária vai aumentar a inflação e a carga tributária, segundo estudo feito pela CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) e pela FGV (Fundação Getúlio Vargas). O levantamento estima que, a depender do texto aprovado no Congresso, a carga tributária poderá chegar a até 40% do PIB (Produto Interno Bruto). Usado para medir a inflação oficial do país, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) aumentaria em todos os cenários. O menor impacto seria em caso de alíquota única de 25% e taxa diferenciada de 7,5% para agro e outros setores. O estudo da CNA indica que a inflação aumentaria em 12,2% em 10 anos. A pior projeção é na estimativa de alíquota única de 30%, com taxa diferenciada de 12%. Nesse cenário, a inflação aumentaria em 18,6% em uma década. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Alíquota especial na tributária é melhor ao país, diz estudo

Mercado | **04/10/2023 – 12h37min**

As alíquotas especiais e menores para alguns setores na reforma tributária têm efeito melhor na economia, segundo levantamento feito pela CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) e pela FGV (Fundação Getúlio Vargas). O PIB (Produto Interno Bruto) do país tende a crescer mais e a inflação subir menos caso a taxa diferenciada seja implementada no país. O levantamento do setor agropecuário disse que, a depender do texto, a reforma poderá ter um impacto negativo no crescimento econômico, na inflação, no

consumo das famílias e na carga tributária. A CNA defende uma alíquota diferenciada para “manutenção da renda e consumo” dos brasileiros. Os setores que tiveram taxaço diferenciada considerada no estudo são aqueles beneficiados pela Câmara em 7 de julho de 2023. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CCJ: líderes municipais temem perda de autonomia com Conselho Federativo

Poder Legislativo | 03/10/2023 – 19h02min

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) promoveu, na terça-feira (3), audiência pública para debater os impactos da proposta de emenda à Constituição (PEC) 45/2019, que altera o sistema tributário, dessa vez com foco no nível municipal. Representantes dos municípios criticaram a criação do conselho federativo, que poderia afetar a autonomia desses entes locais, e possíveis perdas de arrecadação com os novos cálculos previstos no texto da reforma tributária. Presidida pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI), a reunião faz parte de uma série de oito audiências públicas para debater a reforma tributária. Representando a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o prefeito de Santarém (PA) e Primeiro-Tesoureiro da CNM, Francisco Nélio Aguiar da Silva, afirmou que eles têm defendido uma reforma que não só modernize o sistema tributário, mas também corrija as graves distorções na partilha dos impostos entre os entes federativos. A entidade representa mais 5.200 municípios, que somam mais de 154 milhões de habitantes. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

'A gente vai ter que esperar o governo', diz Lira sobre negociação para troca da presidência da Caixa

Poder Legislativo | 04/10/2023 – 12h01min

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse na quarta-feira que espera o governo para concluir a negociação sobre entregar a direção da Caixa Econômica Federal para seu grupo político. “A perspectiva é do governo, a gente vai ter que esperar o governo”, disse Lira, ao ser questionado por jornalistas. Ele falou à imprensa após participar da abertura do seminário sobre os 35 anos da Constituição Federal. Lira afirmou em entrevista recente ao jornal “Folha de S.Paulo” que fez um acordo com o governo para que nomes indicados pelos integrantes do Centrão assumam a presidência e as 12 vice-presidências do banco público. Após a declaração, no entanto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva negou a articulação, disse que só ele pode mexer na Caixa, e quando quiser. Nos bastidores, a articulação se consolidou e avançou no fim do primeiro semestre, depois que o governo aprovou na Câmara itens relevantes da pauta econômica, como o novo arcabouço fiscal e a reforma tributária. Na esteira dessa vitória, o grupo político de Lira assumiu dois ministérios: do Esporte e de Portos e Aeroportos. Agora, reivindica o comando da Caixa. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Banco Mundial sobe projeção do PIB do Brasil em 2023 para 2,6%

Mercado | 04/10/2023 – 15h12min

O Banco Mundial aumentou de 1,2% para 2,6% a projeção para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro em 2023. A estimativa está mais conservadora que as do BC (Banco Central), do Ministério da Fazenda e do mercado financeiro. O crescimento

econômico será maior do que o projetado para a América Latina e Caribe. A previsão da entidade internacional é de um crescimento de 2% neste ano em média para a região. Anteriormente, a expectativa era de uma alta de 1,4% no PIB dos países. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira diz que discutir JCP poderia prejudicar o PL das offshores, Haddad diz que vai enviar proposta sobre JCP ao relator

Poder Legislativo | 04/10/2023 – 11h12min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que misturar a discussão envolvendo a taxação de juros de capital próprio (JCP) com offshores e fundos fixos poderia atrapalhar a análise do texto pelos deputados. Juros Sobre Capital Próprio (JSCP) é uma das formas de uma empresa distribuir o lucro entre os seus acionistas, titulares ou sócios (a outra é sob a forma de dividendos). A Câmara dos Deputados reúne-se na quarta-feira (4), após a sessão do Congresso Nacional, para analisar o Projeto de Lei 4173/23, do Executivo, que prevê a tributação de investimentos de pessoas físicas no exterior, seja em aplicações financeiras, lucros e dividendos de entidades controladas ou mesmo offshores e trusts. "O governo fez uma sugestão que, aparentemente, é boa, e vai trazer o benefício de separar aquele que usa o JCP para investimento, para produção, para gerar divisas, e aquele que só usa para sonegação", disse o presidente. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

Barroso vê debate sobre mudanças no STF com naturalidade, mas diz que isso não significa concordar

Poder Judiciário | 04/10/2023 – 15h02min

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, afirmou que são legítimos os debates feitos no Congresso Nacional para modificar as regras internas da Corte – porém, entende que não há motivo para mudanças no momento. "Nos últimos 35 anos, o Supremo tem servido ao país na proteção das instituições. Teve um papel decisivo na pandemia e salvou muitas vidas diante do negacionismo. Em momentos de sobressalto, foi um bom guardião contra o extremismo. Considerando que é uma instituição que funciona tão bem, não vejo muita razão para mexer na composição e no funcionamento do STF", disse. Em breve fala à imprensa antes do início da sessão plenária de quarta-feira (4), Barroso afirmou que o Congresso é, de fato, o local próprio para esse tipo de debate. "Eu compreendo e vejo com grande naturalidade, o que não significa concordar", afirmou o presidente da Corte. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

AGU confirma no STF decisão que evita prejuízo de R\$ 5 bilhões aos cofres públicos

Poder Judiciário | 03/10/2023 – 15h49min

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, em julgamento no Plenário Virtual da Corte, uma medida cautelar concedida à Advocacia-Geral da União (AGU) em setembro para suspender os efeitos de decisões da Justiça Federal da 1ª Região que determinavam o pagamento prematuro de R\$ 5 bilhões em precatórios sem o necessário trânsito em julgado, conforme previsto na Constituição Federal. A controvérsia levada ao STF envolve pedido de indenização pretendida por uma usina sucroalcooleira que alega ter sofrido prejuízos financeiros em razão da fixação de preços adotada entre 1985 e 1989 pela União e pelo Instituto do Açúcar e do Alcool – autarquia extinta no início da década de 1990. Embora a

Justiça já tenha determinado a realização da chamada liquidação de sentença – etapa em que é apurado o correto valor devido –, sucessivos recursos e decisões acabaram determinando a expedição dos precatórios com base em prova pericial genérica, produzida no início da marcha processual. Com isso, não foram considerados, para a apuração precisa dos danos, documentos contábeis fidedignos, como os balanços financeiros da empresa.

Fonte: ASCOM AGU

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MEIO AMBIENTE

Sancionada lei que reforça Fundo Nacional do Meio Ambiente

Poder Executivo | 04/10/2023 – 09h33min

Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) da quarta-feira (4) a Lei 14.691, de 2023, que reverte ao Fundo Nacional do Meio Ambiente a metade dos valores arrecadados com pagamento de multas por infração ambiental aplicadas pela União, percentual que poderá ser alterado a critério dos órgãos arrecadadores. A lei também inclui entre os fundos destinatários dos recursos provenientes de multas o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap), voltado à prevenção de desastres naturais. Para isso, altera a Lei 9.605, de 1998, relacionada a sanções penais e administrativas por danos ambientais. O governo, porém, vetou, no texto, um percentual específico para o Funcap.

Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

CCJ do Senado aprova PEC que limita decisões monocráticas do STF

Poder Legislativo | 04/10/2023 – 14h07min

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou na quarta-feira (4) Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para limitar as decisões monocráticas e os pedidos de vista de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A PEC foi aprovada por unanimidade na CCJ sem pedidos para discutir a matéria. Agora, a PEC será analisada pelo Plenário do Senado. A PEC 8/2021 proíbe decisões monocráticas que suspendam a eficácia de lei ou ato normativo com efeito geral, ou que suspendam atos dos presidentes da República, do Senado e da Câmara. A PEC também proíbe decisões monocráticas com poder de suspender a tramitação de propostas legislativas, que afetem políticas públicas ou criem despesas para qualquer Poder. Além disso, restringe os pedidos de vista para serem de caráter coletivo e “limitados a seis meses e, em caso de excepcional renovação, a três meses, sob pena de inclusão automática do processo em pauta, com preferência sobre os demais”. As decisões monocráticas são aquelas tomadas por apenas um magistrado. Pela sua natureza, trata-se de uma decisão provisória, uma vez que precisa ser confirmada pelo conjunto dos ministros da Corte. Já o pedido de vista ocorre quando um ministro pede para analisar algum tema em julgamento, suspendendo a análise do processo. Segundo o texto aprovado, caso o STF esteja em recesso, será permitida decisão monocrática em casos de grave urgência ou risco de dano irreparável, mas o Supremo terá até 30 dias para julgar o tema após a retomada dos trabalhos. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Congresso analisa vetos que trançam a pauta, como do arcabouço fiscal e MCMV

Poder Legislativo | 03/10/2023 – 18h20min

O Congresso Nacional se reúne na quarta-feira (4), a partir das 12h, para analisar os

vetos presidenciais que estão trancando a pauta de votações. São ao todo 29 vetos que já ultrapassaram o prazo regular de 30 dias e, portanto, exigem prioridade na pauta do Congresso. Entre eles estão os vetos ao novo arcabouço fiscal (Lei Complementar 200, de 2023), ao novo Minha Casa, Minha Vida (Lei 14.620, de 2023) e à Lei Orçamentária Anual deste ano (Lei 14.535, de 2023). O mais recente entre os vetos em pauta é o do arcabouço fiscal. A nova lei de controle dos gastos públicos foi sancionada no final de agosto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou, por exemplo, o dispositivo que impede a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de excluir despesas da apuração da meta de resultado primário. Também foi vetado o trecho que determina a contenção de investimentos quando houver limitação de empenho e pagamento por observação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A lei que retomou o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida foi sancionada em julho. Ela nasceu de uma medida provisória que recebeu vários acréscimos no Congresso. Alguns deles acabaram sendo vetados por Lula, como a obrigação de que as construtoras que atuam no programa contratem a cobertura de eventuais danos na estrutura das casas e a determinação de que as distribuidoras de energia comprem o excedente produzido pelos painéis solares instalados nas casas populares. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br